



Agricultura familiar e nível de vida em quatro regiões da geografia gaúcha¹

Flávio Sacco dos Anjos²

Nádia Caldas³

Maycon Noremborg Schubert⁴

E. P. Schneider⁵

RESUMO

O artigo refere-se à pesquisa realizada em quatro regiões do estado do Rio Grande do Sul (Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo), havendo sido investigadas 238 explorações familiares. O estudo analisou a situação das famílias rurais a partir de um indicador composto, o índice do nível de vida. Demonstrou-se, entre outras coisas, que as explorações pluriativas tendem a apresentar indicadores sócio-econômicos mais favoráveis que as exclusivamente agrícolas. Ainda que não tão claramente percebeu-se o mesmo tipo de comportamento ao serem confrontadas explorações que contam com aposentados e pensionistas da previdência social rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar, índice de nível de vida, pluriatividade.

ABSTRACT

FAMILY AGRICULTURE AND LEVEL OF LIVING IN FOUR REGIONS OF RIO GRANDE DO SUL - The article refers to the research carried out in four regions of the state of Rio Grande do Sul (Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen and Cerro Largo), where 238 family farms were investigated. The study analyzed the situation of the families from a composed indicator, the Index of Level of Living (INIV). Among others, it demonstrated that the pluriactive exploitations tend to present a INIV higher than the ones exclusively

¹ Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada no II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul em setembro de 2004.

² Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPEL. E-mail: flaviosa@ufpel.tche.br.

³ Cientista Social, Bolsista ITI CNPq junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPEL.

⁴ Bolsista PIBIC CNPq junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPEL.

⁵ Bolsista junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPEL.

agricultural. Eventhough not as clearly, the same type of behavior was perceived in exploitations that involved pensioners and retired workers of rural social welfare.

Keywords: Family farm; level of living index; pluriactivity.

I Introdução

Difícilmente exista hoje outra expressão mais carregada de significado e polêmica que a noção de desenvolvimento. Isso se deve, em boa medida, ao esforço empreendido por cientistas e *policy makers* em estabelecer mecanismos que permitam defini-lo por intermédio de critérios objetivos. Não é necessário insistir no fato de que, não sem a resistência de alguns empedernidos economistas paramétricos, abandonou-se a idéia de que o crescimento da renda seja um indicador confiável para se medir o processo de desenvolvimento de um país ou região. Nesse contexto, o caso brasileiro não pode ser mais emblemático para assinalar o paradoxo de que o crescimento da economia historicamente se deu *vis a vis* com o recrudescimento das desigualdades (econômicas, regionais, etc.) e da exclusão social.

Não é por outra razão que vem se generalizando o uso de novas abordagens para qualificar a reflexão em torno a este conceito, como no caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, desde 1990, divulga seus relatórios anuais sobre a situação de países e regiões do planeta. Essa abordagem se apóia na noção de desenvolvimento humano, entendido como

... um conceito amplo e integral que pode ser definido como o processo para ampliação da gama de opções e oportunidades das pessoas. Dentro desse espectro, três opções básicas estão presentes em todos os níveis de desenvolvimento e aparecem como condição para as demais: desfrutar de uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. (PNUD/IPEA, 1996).

A grande contribuição do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen (1998) foi justamente apontar que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. O mérito de suas teses está no fato de sepultar a retórica de muitas organizações internacionais que insistiam na identificação de desenvolvimento com aumento das rendas pessoais, industrialização, modernização produtiva, avanço tecnológico, etc. Enquanto processo, dita dinâmica tem como imperativo a remoção das principais fontes geradoras da privação da liberdade, tais como a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades. Implica, destarte, ampliar o livre acesso às estruturas de ascensão social e a serviços públicos de qualidade. Tais fontes incluem ainda a intolerância e a interferência de Estados repressivos e autocráticos. São de longe conhecidas as inúmeras formas e mecanismos em que opera a privação de liberdades, decerto que:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais (SEN, 2000, p.18).

Nos anos 1990 surgiram, entretanto, outros enfoques para dar conta dos dilemas que cercam o tema do desenvolvimento. Entre eles inclui-se a noção de "capital social", incorporada com relativa rapidez ao ideário das instituições internacionais e organismos multilaterais. Tal perspectiva indica o quão contraditório é o processo no qual algumas regiões conseguem estabelecer laços de solidariedade entre os atores sociais envolvidos nos processos produtivos, fortalecendo um ambiente social favorável ao desenvolvimento, ao passo que outras, ainda que detentoras de condições estruturais análogas (recursos naturais e humanos), vêem-se mergulhadas num contexto marcado pela estagnação e ausência quase total de perspectivas.

O território sul-riograndense revela com clareza esta faceta. O nordeste gaúcho recebeu levas de imigrantes europeus que foram assentados inicialmente na chamada "colônia velha" (São Leopoldo e arredores), que ao longo do tempo converteu-se em ponto de dispersão de colonos para outras latitudes, tanto em direção ao Norte quanto ao Sul, ainda que em outros momentos houvesse a instalação de novas levas diretamente vindos da Europa para os locais definitivos. Entrementes, malgrado o aparecimento de novas ilhas de desenvolvimento, a experiência serrana e centro-oriental não se repetiu em outras partes do território. Imbuídos dessa perspectiva teórica, poder-se-ia dizer que não houve, nestas localidades, a consolidação de um "capital social" que conferisse dinamismo e potencialização dos atributos locais, sejam eles físicos, humanos ou culturais. Para Coleman (1990 apud ABRAMOVAY, 2003, p.86) dita noção consiste num aspecto de uma estrutura social dada, no qual ações de indivíduos ligados a essa mesma estrutura são facilitadas. Segundo essa premissa, o comportamento dos indivíduos no interior dessa estrutura nem sempre pode ser visto como estritamente egoísta.

É humanamente impossível, nos limites deste artigo, avançar consistentemente na elucidação destas questões. O que aqui se propõe é minimamente explorar algumas destas dimensões à luz de pesquisa recentemente realizada, com o apoio do CNPq, pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta investigação teve como foco o estudo sobre a dinâmica da agricultura familiar em quatro microrregiões da geografia gaúcha, tendo como pano de fundo a perspectiva do desenvolvimento local e o papel das atividades e rendas não-agrícolas para a reprodução social das famílias rurais.

O que nos propomos neste artigo é justamente realizar uma reflexão a partir dos dados levantados, identificando algumas das razões que permitam compreender as

grandes desigualdades regionais atualmente verificadas no território sul-riograndense. É com base na elaboração de um indicador composto que buscamos confrontar estabelecimentos agropecuários existentes em quatro microrregiões fisiográficas (Pelotas, Cerro Largo, Frederico Westphalen e Caxias do Sul). O elemento que as unifica, guardadas as grandes diferenças existentes, é a preponderância da agricultura familiar enquanto forma social de produção.

Necessariamente limitado, tal recurso se insere no campo das possibilidades de gerir esta diversidade e realizar uma aproximação frente à realidade concreta, de modo a contribuir nesse debate acerca dos enigmas e contradições que suscitam a questão do desenvolvimento. Após esta breve introdução dedicar-nos-emos a uma reflexão em torno ao tema da pluriatividade e das rendas não-agrícolas. A terceira seção discute a metodologia que embasa este estudo, ao passo que na quarta seção são apresentados alguns aspectos sobre o contexto empírico da pesquisa. A quinta seção destina-se à discussão propriamente dita dos dados levantados, momento no qual realizaremos não apenas o cotejo das áreas de estudo em termos do indicador construído, como também de outros aspectos de interesse, como a questão da importância dos benefícios previdenciários e da pluriatividade praticada pelas famílias rurais do ponto de vista das condições de vida. Buscar-se-á uma abordagem que permita explorar a transcendência de ambos aspectos enquanto instrumentos reveladores de diferenças nas condições sócio-econômicas das famílias rurais entrevistadas. A sexta e última seção reúne as conclusões fundamentais do trabalho.

2 Agricultura familiar, pluriatividade e rendas não-agrícolas

Os anos noventa inauguram no Brasil uma nova agenda de pesquisa social sobre a agricultura e fundamentalmente sobre o meio rural. Ela surge do reconhecimento da importância de duas noções essencialmente importantes, que para efeitos deste artigo cabe aqui referenciar. A primeira delas diz respeito à agricultura familiar, levando em conta a rápida incorporação desta noção enquanto objeto da reflexão acadêmica. Este processo ocorre simultaneamente com o surgimento de um novo marco político dirigido a apoiar este setor da agropecuária nacional, em que pese seu indiscutível protagonismo não apenas na ocupação da mão-de-obra rural, mas na produção de alimentos e matérias-primas dirigidas tanto a atender o mercado interno quanto à exportação agroindustrial (*commodities*). No plano da sustentabilidade no uso dos recursos produtivos tornou-se recorrente a assertiva de que a agricultura familiar de produção consiste na forma social de produção por antonomasia.

Fruto desse quadro e de grandes mobilizações políticas⁶ surge, em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estabelecendo

⁶ Referimo-nos aos Gritos do Campo e da Terra que mobilizaram milhares de agricultores, no começo dos anos noventa, reivindicando uma política diferenciada ao setor do ponto de vista do crédito rural oficial. A este quadro cabe referenciar a recente aparição de edital específico do CNPq (2001) comprometido com o apoio a projetos sobre a dinâmica da agricultura familiar brasileira, recentemente reeditado (2004), havendo sido ampliado o universo temático e o foco dos projetos de pesquisa financiados sob sua égide.

um verdadeiro divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura nacional. Isso ocorre não tanto em termos do volume de recursos atualmente disponibilizados no fomento a esta classe de estabelecimento agropecuário, mas, sobretudo, por oferecer a possibilidade de apoiar não apenas o estrato de produtores integrados aos mercados, mas especialmente um amplo universo de explorações e categorias sociais historicamente excluídas do acesso ao crédito rural (pescadores artesanais, remanescentes de quilombos, jovens e mulheres rurais, etc).

Essa percepção dos fatos conduziu a que se vislumbrasse no PRONAF a possibilidade de empreender uma verdadeira política de desenvolvimento rural, transcendendo os objetivos eminentemente produtivistas e setoriais, em que pese o entendimento, hoje visto como equivocado, no qual a agricultura representa a vocação única e exclusiva dos espaços ainda não urbanizados. O reduzido volume de recursos atualmente disponibilizado para potencializar este enfoque, de tipo territorial ou espacial, alimenta reiteradas críticas contra a retórica oficial, marcadamente distante em termos das ações efetivamente levadas a efeito na atual conjuntura.

A segunda das noções que inovam a agenda de pesquisa social brasileira refere-se à pluriatividade e ao papel das rendas não-agrícolas na sustentação material das famílias residentes nos espaços rurais brasileiros. Alguns estudos pioneiros (SACCO DOS ANJOS, 1994; SCHNEIDER, 1995) evidenciaram situações típicas do que até então se identificava como representativas do exercício de uma agricultura a tempo parcial praticada por agricultores familiares do Brasil meridional. O "colono-operário", descrito nestes estudos, evidenciava uma realidade até então admitida como de exclusiva incidência no âmbito dos países industrializados. O fenômeno *part time*, desde o auge dos anos sessenta, invariavelmente era reconhecido como próprio de explorações incapazes de praticar uma agricultura competitiva e/ou atender aos imperativos do mercado e aos objetivos do Estado no sentido de uma oferta crescente de produtos agropecuários.

Os anos oitenta evidenciam dois aspectos essencialmente importantes nesse debate. O primeiro deles recai na crise dos excedentes que particularmente afetou os países integrantes da então Comunidade Econômica Européia (CEE), entendida aqui não apenas em decorrência do "excesso de êxito" da Política Agrária Comunitária em potencializar a agricultura, mas do elevado custo decorrente do financiamento deste setor que chegou a absorver 52% do orçamento da CEE. O segundo aspecto a que chamamos a atenção prende-se ao fato de que dito fenômeno incidia numa proporção de estabelecimentos muito maior do que antes se supunha, não estando unicamente associado a zonas desfavorecidas do rural europeu.

O esforço por reduzir os excedentes e desacelerar a *bomba produtivista* fez com que surgissem outros instrumentos que potencializassem novos usos para os espaços rurais, valorizando outras vocações associadas ao turismo, artesanato e à diversificação das atividades rurais. Estas novas dinâmicas, antes desconhecidas ou até mesmo censuradas por estabelecer obstáculos naturais ao desenvolvimento de uma agricultura competitiva, passam a ser vistas como ajustadas aos novos enfoques territoriais do processo de desenvolvimento. O produtor que estabelece distintas formas de inserção produtiva e laboral passa a ser visto como perfeitamente ajustado a estes novos tempos, praticando

o que veio a chamar-se de pluriatividade.

Do ponto de vista acadêmico os anos oitenta coincidem com mudanças substanciais na identificação deste fenômeno. O tempo de trabalho deixa de representar o critério de classificação dos estabelecimentos, razão pelo qual abandona-se definitivamente o *part time farming*, impondo-se, definitivamente a noção de pluriatividade como modo de alusão a esta condição vivenciada por um crescente número de estabelecimentos rurais.

Tal como afirmamos em outra oportunidade (SACCO DOS ANJOS, 2001, p. 173), se o primeiro conceito - agricultura a tempo parcial - aparece relacionado com a etapa da hegemonia do paradigma da modernização e do produtivismo, o segundo deles - a pluriatividade - está vinculado com a etapa atual, marcada pelo peso do paradigma da *multifuncionalidade*.⁷

No caso brasileiro, a emergência e o peso crescente das atividades não-agrícolas no meio rural desafiam a percepção dos pesquisadores brasileiros diante do vem sendo considerado como a emergência do novo rural brasileiro (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000). Este debate é extremamente recente, surgindo fundamentalmente a partir dos anos noventa, resumidamente identificado com a compreensão de que novas dinâmicas atravessam o campo brasileiro no que tange à ocupação da força de trabalho, no qual há um crescente protagonismo de atividades e iniciativas produtivas que pouco ou nada têm a ver com a exploração agropecuária no sentido da produção de alimentos e de matérias-primas. Seguramente é esse o grande mérito atribuído ao Projeto Rurbano, em que pese o fato de desvelar um cenário até então desconhecido ou ignorado pela academia brasileira.

As famílias rurais pluriativas exprimem este novo cenário, consideradas assim por abrigarem em seu interior indivíduos com múltiplas inserções no mercado de trabalho (agrário e não-agrário), combinando atividades e ocupações diversas (agrícolas, para-agrícolas⁸ e não-agrícolas). Inúmeras são as causas que permitem entender esse processo. Decorre, entre outros aspectos, da expansão dos serviços sociais ao campo e ampliação de um mercado de trabalho não-agrícola, como também do incremento dos papéis não exatamente produtivos dos espaços rurais, ligados ao ócio e lazer e à proliferação, em algumas partes do território nacional, de chácaras de fim-de-semana, estações ecológicas, *pesque-pagues*, etc.

Esta mesma dinâmica se vê fortalecida por um quadro recorrente, no qual as atividades agropecuárias acham-se submetidas a um declínio de rentabilidade em meio ao efeito simultâneo de redução de preços e incremento do custo de produção de lavouras e criações. Na perspectiva da agricultura familiar, tal realidade é por vezes dramática, haja vista os efeitos do chamado *treadmill* produtivista que obriga os produtores a um processo

⁷ A multifuncionalidade tem a ver com a atribuição de novos papéis aos espaços rurais, mais além dos aspectos estritamente produtivos, como no caso dos papéis associados ao turismo, lazer, preservação de ecossistemas e dos valores culturais. Com relação a este tema ver especialmente Abramovay (2002).

⁸ Valemo-nos aqui da classificação adotada no marco do Arkleton Project que assim denomina as iniciativas em prol da diversificação de ingressos via agroindustrialização e incorporação de valor aos produtos associadas ou não ao turismo rural. Ver a respeito Etchezarreta (1995).

permanente de renovação tecnológica imposto por mercados cada vez mais competitivos e instáveis.

A pluriatividade, em resumidas contas, ergue-se como estratégia específica de reprodução social vinculada a explorações familiares que resistem a um cenário de dificuldades econômicas. Do mesmo modo, surge da própria incapacidade do estabelecimento rural em ocupar plenamente a mão-de-obra familiar por força da rápida e intensiva incorporação de inovações tecnológicas que inexoravelmente reduzem os requerimentos do fator trabalho. São as Pesquisas Nacionais de Domicílios (PNADs) a fonte fundamental que permitiu mostrar que não se trata de um fenômeno conjuntural e restrito a determinadas regiões do país, ainda que em algumas partes se apresente como muito mais claro e evidente, a exemplo de alguns estados do Sul e Sudeste brasileiro.

Além desse aspecto, a nova realidade que indicam estes estudos é o crescente papel desempenhado pelas rendas não-agrícolas, mormente o das rendas não derivadas do trabalho, como é o caso da previdência social rural. Além de representar o mais poderoso instrumento de redistribuição de renda na história nacional (DELGADO e CARDOSO, 1999), assume hoje o caráter de instrumento que potencializa a permanência da população no campo em razão da equiparação do valor dos benefícios em relação à clientela urbana, além de preservar a condição de "segurado especial". Isso implica permitir com que agricultoras e agricultores, ao atingirem respectivamente 55 e 60 anos de idade, possam aposentar-se sem que seja necessário cotizar para o sistema previdenciário, como assim o fazem as demais categorias de trabalhadores brasileiros.

A percepção desta realidade é interpretada de forma diferente por outros segmentos da academia no que afeta especialmente ao tema da pluriatividade. Alguns estudiosos ligados a esta corrente minimizam a expressão desse fenômeno, considerando tratar-se de um aspecto conjuntural porque atravessa o agro brasileiro, representando, em última análise, a importação de conceitos e de um debate circunscrito a situações diametralmente opostas ao que ocorre no continente latinoamericano. Trata-se, no entender destes autores, de situações decorrentes do baixo custo-oportunidade do fator trabalho no rural brasileiro, configurando-se como uma espécie de "emprego-refúgio" decorrente do efeito simultâneo da queda das rendas agrícolas e do declínio do emprego na agricultura. Em outra oportunidade (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004) alertamos para os equívocos desse tipo de interpretação que, além dos aspectos aqui elencados, insiste na associação estrita entre pluriatividade e decadência da exploração familiar, reeditando um debate hoje superado no âmbito da União Européia e no conjunto dos países centrais.

Para os efeitos deste artigo caberia perguntar: seriam as explorações pluriativas unidades produtivas incapazes de reproduzirem-se no marco das atividades agropecuárias? Até que ponto a defasagem entre rendas agrícolas e não-agrícolas explica ou permite explicar as diferenças supostamente existentes entre explorações pluriativas e exclusivamente agrícolas? Por fim, caberia indagar: há elementos que evidenciam diferenças nas condições de vida entre explorações que contam com aposentados ou pensionistas, se confrontadas com aquelas em que eles não estão presentes? São estas as grandes questões que orientam o exame dos dados que a seguir serão apresentados e discutidos.

3 Metodologia

Tal como aludido anteriormente, trata-se aqui de um estudo inserido numa pesquisa mais ampla, intitulada "Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul", cujo objetivo central, em linhas gerais, foi realizar um estudo comparativo que confrontou quatro diferentes zonas da geografia gaúcha que, ao serem investigadas, evidenciasse os processos subjacentes à dinâmica da agricultura familiar no Sul do Brasil. Mas a grande questão a que nos propomos resolver não se restringia a um estudo da unidade familiar de *per se*, mas revelar os traços do contexto em que esta se acha inserida, com a mirada posta nas possibilidades que o entorno oferece enquanto espaço de viabilização dos processos de reprodução social da agricultura familiar gaúcha.

Pareceu-nos interessante a idéia de trabalhar com a noção de dinâmicas territoriais de desenvolvimento enquanto ferramenta que permitisse estabelecer um diálogo entre o âmbito da produção familiar (a unidade de análise) e a dimensão mais ampla da sociabilidade local. Além do recurso às fontes secundárias (dados censitários, confrontação de índices compostos, etc), valemo-nos da elaboração de um questionário estruturado que resultou num banco de dados (SPSS-Excel) contendo aproximadamente 1.300 variáveis (quantitativas e qualitativas).

Ao todo foram entrevistados 238 estabelecimentos que representam um universo de aproximadamente 2.500 explorações familiares, distribuídas em quatro microrregiões (IBGE), quais sejam: Pelotas (Sul do Estado); Cerro Largo (noroeste, na fronteira com a Argentina); Frederico Westphalen (no Alto Uruguai, fronteira com Santa Catarina) e Caxias do Sul (Serra Gaúcha). A escolha destas microrregiões deu-se não apenas em função da questão das dinâmicas territoriais de desenvolvimento a que respectivamente acham-se submetidas, mas do esforço de captar a diversidade social, cultural e geográfica da agricultura familiar gaúcha num mesmo marco teórico-metodológico que permitisse administrar estes supostos contrastes que esperávamos encontrar *in loco*.

Uma vez escolhida a microrregião, o passo seguinte consistiu na escolha de um município que pudesse representar, em termos medianos, as características sociais, econômicas e culturais que marcaram a formação e desenvolvimento da agricultura familiar naquele território. Este processo foi realizado tendo por critério o número de agricultores familiares ali existentes, utilizando-se a informação do Censo Agropecuário como uma *proxy*, pois é sabido que a definição do que seja um agricultor familiar não é uma questão meramente estatística, mas um conceito de natureza sociológica, o qual vincula-se ao referencial teórico que inspira a investigação. Definidos os municípios, optamos por privilegiar um número de entrevistas que ficasse em torno de 10% a 15% do total dos estabelecimentos existentes em cada município, o que implicou em um número aproximado de 60 entrevistas por município, tratando-se de uma amostra não-probabilística. Os dados foram levantados tendo por base o ano agrícola 2001/2002 enquanto marco de referência das variáveis enfocadas.

No marco teórico-metodológico da pesquisa que originou este trabalho, definiu-se como sendo pluriativa toda família em que pelo menos um dos membros estivesse

ocupado em atividade extra-agrícola no período correspondente ao ano agrícola 2001-2002. Tal fato significa, portanto, que haja combinação de atividades por indivíduos de uma mesma família: agrícolas e não-agrícolas⁹. Tal condição refere-se estritamente ao tipo de ocupação dos indivíduos que integram a unidade produtiva ou família, desconsiderando o tempo de trabalho (*part time* ou *full time*) e o tipo de renda como critério de diferenciação e enquadramento.

Paralelamente estabeleceu-se a distinção entre cinco tipos de rendas decorrentes de atividades que formam parte do inventário desta pesquisa.

Renda agrícola: proveniente das atividades agropecuárias realizadas dentro da Unidade de Produção (UP) e/ou de atividades para-agrícolas cujos produtos resultantes dessas atividades serão consumidos internamente. Atividades agropecuárias são cultivo e criação de animais. As atividades para-agrícolas são beneficiamento ou transformação, em bases artesanais (matérias-primas vegetais ou animais).

Renda não-agrícola: oriunda de atividades não-agrícolas, podendo ser realizadas fora ou dentro da UP, na condição de empregado, empregador ou conta-própria, tais como: motorista, costureiro de bolas ou calçados, pedreiro, servidor público, professor, cozeiro, balconista, operário, empregado doméstico, confecção de panos de pratos e outros produtos artesanais produzidos para a venda, e prestação de serviços não-agrícolas.

Outras rendas do trabalho: Rendas obtidas necessariamente fora da UP e de atividades inerentes ao setor agropecuário. Embora os trabalhos temporários sejam mais recorrentes, atividades permanentes também ocorrem, como a venda da força de trabalho na agricultura ou prestação de serviços agrícolas, comércio da própria produção em feiras; colheita, plantio e podas em outras UPs; prestação de serviços com máquinas agrícolas próprias; trabalhos em granjas.

Rendas de outras fontes: Provenientes de aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos, doações.

Rendas de transferências sociais: resultantes de transferências governamentais, tais como aposentadorias, pensões, programas assistenciais, como bolsa-escola, cartão-alimentação ou outros.

As famílias entrevistadas foram classificadas em dois grandes grupos: exclusivamente agrícolas e pluriativas, tal como mostra o esquema apresentado no Quadro 1.

Se foram estes os procedimentos adotados para abordar a questão da pluriatividade e das rendas que formam parte do ingresso econômico familiar, analisemos o tema do nível de vida. A pesquisa aqui realizada serviu-se dos dados primários para construir uma variável intitulada "Índice de Nível de Vida (INIV)". Trata-se de uma ferramenta analítica quantitativa construída para avaliar as condições de vida dos grupos de agricultores familiares das quatro regiões investigadas.

⁹ Nesta definição, entre outros textos, inspiramo-nos em Schneider (2003), Sacco dos Anjos (2001, 2003).

Quadro 1 - Descrição dos tipos de famílias segundo a condição de atividade

Famílias exclusivamente agrícolas	<u>Monoativas</u> : que se dedicam exclusivamente ao trabalho agrícola no interior da UP, comercializando apenas produtos agropecuários <i>in natura</i> .
	Que desenvolvem atividades <u>para-agrícolas</u> , ou seja, as que realizam algum tipo de transformação de produtos agropecuários com agregação de valor, destinados exclusivamente ao autoconsumo familiar.
Famílias Pluriativas	<u>Pluriativas de base agrária</u> , compreendendo as situações em que se dá a combinação de atividades agrícolas dentro e fora da UP.
	<u>Pluriativas de base não-agrária</u> , ou seja, famílias pluriativas típicas, que realizam a combinação de atividade agrícola dentro da UP com atividade estranha ao setor agrícola no âmbito da indústria, comércio e/ou serviços.

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Esse indicador tomou por base a metodologia desenvolvida por Kageyama e Hoffmann (2000), sendo, portanto, um indicador de tipo composto, resultado da média aritmética dos valores de dez (10) variáveis binárias, podendo variar de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o nível de vida do domicílio. As variáveis binárias referem-se ao tipo de parede da moradia, do telhado residencial, do número de moradores por cômodo, se as pessoas são servidas por água encanada, instalação sanitária, se têm acesso à energia elétrica, coleta de lixo, se dispõem de geladeira ou freezer, televisão e telefone. No nosso caso, como mostra a Tabela 1, valemo-nos de dezessete (17) variáveis que retratam a situação dos domicílios dos 238 agricultores familiares entrevistados, ampliando, desse modo, o número de elementos analisados em relação à metodologia originalmente proposta por Kageyama e Hoffmann (2000). O exame dos dados permite-nos estabelecer uma visão objetiva sobre as condições de vida das famílias investigadas.

Tabela 1 - Relação de variáveis utilizadas na composição do Índice de Nível de Vida (INIV)

VARIÁVEL	VALORES	
	1	0
Instalação sanitária (pia, vaso e chuveiro)	Completa	Incompleta
Tipo de cobertura	Telha ou zinco	Outros
Abastecimento de água	Poço ou rede geral	Outra
Tipo de parede predominante	Alvenaria ou madeira	Formas precárias
Abastecimento de energia	Rede geral ou gerador próprio	Sem acesso ou outra forma precária
Densidade domiciliar	Até 2 pessoas/cômodo	Acima de 2 pessoas
Destino de dejetos humanos	Fossa séptica ou simples	Direto no solo ou rio
Possui batedeira elétrica?	Sim	Não
Possui geladeira?	Sim	Não
Possui freezer?	Sim	Não
Possui telefone?	Sim	Não
Possui microcomputador?	Sim	Não
Possui televisão?	Sim	Não
Possui máquina de lavar-roupa?	Sim	Não
Possui antena parabólica?	Sim	Não
Possui bicicleta?	Sim	Não
Possui motocicleta?	Sim	Não

Fonte: Pesquisa AFDLP UFPel/UFRGS (2003).

4 O contexto empírico da pesquisa: os quatro estudos de caso

O propósito desta seção é descrever, de modo objetivo, as características gerais de cada uma das localidades que fizeram parte desta pesquisa enquanto estudos de caso representativos das microrregiões enfocadas. Nos parágrafos a continuação elencamos alguns dos traços mais representativos dos municípios investigados e que retratam a dinâmica territorial de desenvolvimento preponderante.

4.1 A microrregião de Pelotas: crise e estagnação

Morro Redondo é uma localidade é marcada pelos traços da colonização alemã e italiana, surgindo como município apenas em 1989, ao desmembrar-se de Pelotas. É interessante advertir que a vinda dos colonos europeus para a região (séc. XIX) coincidiu justamente com a crise da atividade saladeiril¹⁰, em que pese o fato da colonização privada,

¹⁰ Inúmeras são as causas apontadas para tal, como a extinção do regime escravocrata em distintos países, reduzindo-se a demanda pelo charque gaúcho, a desorganização produzida pelos frequentes

apoiada financeiramente pelo Governo Imperial, converter-se em um negócio altamente lucrativo com base no assentamento de imigrantes nas áreas de mato da região serrana. Superadas as dificuldades iniciais os colonos desenvolveram um sistema econômico baseado não apenas na produção de alimentos para serem vendidos no entorno de Pelotas, mas de artigos transformados no interior das propriedades, como no caso da produção vitivinícola, da fabricação de doces em pasta e, sobretudo, da indústria de conservas de pêssego e aspargo. Os colonos melhor sucedidos acumularam algum capital e instalaram pequenos moinhos para a produção de farinha de trigo e milho e as primeiras fábricas de conservas vegetais.

Existe um certo consenso de que o auge deste modelo colonial deu-se entre o final do século XIX até as quatro primeiras décadas do século XX. A ascensão de Vargas ao poder e o apoio deliberado aos grandes grupos para o desenvolvimento industrial assumiu, no plano local, uma conotação absolutamente dramática por força dos entraves que foram sendo colocados às famílias rurais, que, da noite para o dia, conheceram toda sorte de embaraços legais (rigorosas normas sanitárias e trabalhistas) ao funcionamento de suas pequenas agroindústrias. Simultaneamente distribuem-se incentivos fiscais e creditícios para o grande capital que determina aos produtores que se convertam em simples fornecedores de matéria-prima, como ocorreu especialmente no caso do pêssego, do aspargo e do tomate para as indústrias de Pelotas e região.

Segundo o último censo agropecuário existem em Morro Redondo um total de 745 estabelecimentos rurais, dos quais 667 (89,5%) têm menos de 50 hectares, sendo que 713 são considerados como familiares, segundo o INCRA/SADE (2004). Além disso, como informa a mesma fonte, o valor bruto total da produção é de R\$ 5.952.000,00, sendo que 79,2% provém da produção familiar.

Desse total de explorações, extraiu-se uma amostra de 62 estabelecimentos rurais a serem investigados. O exame da realidade concreta revela um cenário onde a crise de perspectivas aparece bastante evidenciada no discurso dos entrevistados. A fruticultura de clima temperado, com ênfase no pêssego, atravessa a alternância cíclica de queda nos preços pagos pelas indústrias, situação esta que se arrasta ao longo das três últimas décadas, agravada ainda pela elevação nos custos de produção dos pomares. A cultura do fumo tem ampliado o número de produtores integrados em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais. O quadro geral é bastante preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida e que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se, portanto, de uma agricultura familiar que, no contexto mais amplo, enfrenta um cenário de crise de expectativas e de forte estagnação.

conflitos bélicos entre países vizinhos, a exemplo das grandes revoluções, a concorrência dos países do Prata, etc. O chamado "ciclo do charque" tem seu apogeu na segunda metade do século XIX e sucumbe nas primeiras décadas do século XX.

4.2 A microrregião de Cerro Largo: sob o império das commodities

O processo de ocupação e colonização da Microrregião de Cerro Largo (zona das Missões, noroeste Riograndense) ocorreu no início do século XX, como resultado da política migratória do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Através de um contrato firmado entre o *Northwestbahn*¹¹, o Governo Estadual e o *Bauernverein*¹², estabeleceram-se as condições para a colonização da gleba Serro Azul – Boa Vista, no prazo de dez anos, através do assentamento de famílias de origem alemã. Coube ao *Volksverein*¹³ a organização e assentamento das famílias pioneiras, oriundas das "colônias velhas" gaúchas, sendo assim denominadas as regiões circunvizinhas à capital (Porto Alegre), como São Leopoldo e arredores, bem como os municípios pioneiros onde surgiram os primeiros assentamentos de imigrantes alemães em julho de 1824 (WENZEL, 1997).

Desde 1902, data de chegada dos primeiros moradores ao noroeste gaúcho, até a completa implantação das comunidades, foi sendo forjado um estilo de vida identificado com os mesmos traços da colonização germânica operada em outros rincões da geografia do Brasil meridional. A colônia, enquanto espaço de produção e reprodução social, e a "stadtplatz" (vila) como *locus* das atividades econômicas, sociais e onde se assentava a sede administrativa (SEYFERTH, 1974).

A Microrregião de Cerro Largo, como de resto o noroeste riograndense, passou por diversas fases, sendo a primeira correspondente à instalação dos colonos e suas famílias, compreendendo a derrubada de florestas nativas e abertura de áreas para cultivo. A suinocultura foi a base econômica no espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1950 a 1980, mantendo-se como atividade econômica para um reduzido número de propriedades na atual conjuntura. O período compreendido entre 1970 e 1985 evidencia uma etapa caracterizada pela "revolução verde", no qual dá-se a ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos via expansão da exploração comercial de lavouras. Este momento é marcado, entre outros aspectos, pela consolidação do "binômio trigo-soja", haja vista a vocação natural de solos pela ampla possibilidade de mecanização das áreas de cultivo. Nas atuais circunstâncias as atividades agropecuárias representam, indiscutivelmente, o fulcro da matriz econômica e produtiva desta localidade, com ênfase nas culturas de soja, trigo, milho e sorgo, ao lado da produção leiteira que vem recebendo incentivos e fomento por parte do poder público municipal.

O fato a ser destacado é que desde o chamado "boom da soja" houve transformações profundas na fisionomia da região, sendo Salvador das Missões mais um exemplo emblemático dos efeitos da especialização produtiva no que afeta à expulsão reiterada da força de trabalho das explorações familiares. Na atual conjuntura os fluxos migratórios para outras regiões do Estado e do país arrefeceram em decorrência do reconhecimento, por parte dos agricultores, de que os destinos tradicionais para os que são expulsos do campo, mormente as grandes cidades e capitais, reduziram enormemente sua capacidade de absorvê-los enquanto força de trabalho industrial.

¹¹ Companhia de Estrada de Ferro Alemã (WENZEL, 1997, p. 67).

¹² Sociedade de Agricultores Riograndenses (WENZEL, 1997, p.68).

¹³ Ramo católico da Companhia de Estrada de Ferro Alemã (WENZEL, 1997, p.68).

Segundo o IBGE (1995/1996), existe em Salvador das Missões um total de 608 estabelecimentos rurais, dos quais, 597 (98,2%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004), e 98,7% tem menos de 50 hectares. Do universo de estabelecimentos familiares (597) extraiu-se uma amostra de 58 estabelecimentos rurais de agricultores familiares que foram submetidos à aplicação do questionário estruturado. O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 5.690.000,00, sendo 95% proveniente da agricultura familiar.

4.3 A microrregião de Frederico Westphalen: entre a acumulação e a exclusão

A terceira microrregião estudada tem Três Palmeiras por município referencial, no território conhecido como Alto Uruguai, na fronteira com Santa Catarina. Trata-se de uma das mais deprimidas zonas da geografia gaúcha, marcada pela forte presença da colonização italiana, do elemento indígena e do caboclo sul-riograndense. Tal como assevera Kliemann (1986, p. 122), consiste num espaço marcado, desde os albores do século XX, pelo fenômeno da "intrusão", no qual dá-se a invasão de terras indígenas por parte dos nacionais e estrangeiros que abandonavam as colônias velhas, à época já superpovoadas, para apossarem-se de áreas de aldeamentos, também chamadas de "toldos". A bem da verdade, passados cem anos, os conflitos são ainda presentes, sendo parcialmente solucionados com o recente surgimento da Reserva da Serrinha. A demarcação desta área envolveu o desalojamento de aproximadamente mil famílias de três municípios do Alto Uruguai, incluindo Três Palmeiras, as quais, em sua grande maioria, foram reassentadas e indenizadas pelas benfeitorias realizadas nas áreas que antes ocupavam.

Do mesmo modo que em Salvador das Missões, houve em Três Palmeiras transformações profundas a partir da revolução verde e consolidação do binômio trigo-soja. A diferença é que os solos de Três Palmeiras não possuem o mesmo nível de excelência em razão de um menor potencial agrônomo. Na atual conjuntura surgem alguns projetos inovadores que buscam diversificar a matriz econômica e reduzir a dependência em relação aos mercados internacionais, sobretudo os que definem o preço da soja. Entrementes, a falta de densidade do tecido econômico, a escassez de indústrias e as históricas dificuldades estruturais (ligação com grandes centros, escassez de investimentos públicos, etc) fazem do Alto Uruguai uma região quase que totalmente tributária do desempenho das grandes culturas.

Ainda que a agricultura familiar seja indiscutivelmente a forma social dominante, nosso estudo comprovou a existência de traços claros de diferenciação social. Num mesmo contexto convivem, lado a lado, unidades com fortes indícios de acumulação (máquinas e equipamentos) e propriedades cujas famílias são extremamente empobrecidas, sobrevivendo como diaristas que trabalham para outras propriedades, bem como de transferências sociais (aposentadorias, bolsa-escola, bolsa-família, etc).

Segundo o censo agropecuário (IBGE, 1995/1996), existem em Três Palmeiras, 740 estabelecimentos rurais, dos quais 93,6% tem menos de 50 hectares. Deste total, 724 (97,8%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios

adotados pelo INCRA/SADE (2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 6.575.000,00 sendo que 72,4% procede da agricultura familiar.

Do aludido universo de estabelecimentos familiares (724) extraiu-se uma amostra de 58 estabelecimentos rurais de agricultores familiares que foram submetidos à aplicação de questionário estruturado.

4.4 A microrregião de Caxias do Sul: a terceira Itália brasileira

A quarta área de estudo que a pesquisa envolveu se insere na Serra Gaúcha, representada pela microrregião de Caxias do Sul, tendo Veranópolis como município de referência. De longe chama a atenção por ser a "capital brasileira da longevidade", marcada sobretudo pelos traços da imigração italiana, iniciada precisamente no ano 1875. Sem sombra de dúvida, trata-se de uma das regiões mais desenvolvidas do país, não somente pelo alto nível de desenvolvimento humano, mas sobretudo pela alta densidade das atividades econômicas. O parque industrial é bastante diversificado, formado de pequenas e médias empresas, apoiadas sobretudo no uso da força de trabalho residente nas áreas rurais. Não são infundadas as ilações que identificam a pujança da Serra Gaúcha com o padrão Terceira Itália, o qual, aliado ao dinamismo empreendido pelas atividades turísticas, torna os pequenos municípios um terreno propício para o pioneirismo e a inovação.

Paradoxalmente, defrontamo-nos com as piores condições agrônomicas dos solos (declividade, pedregosidade, etc), se comparados com as demais regiões estudadas. Ainda assim, trata-se da localidade com o maior valor bruto agropecuário entre as quatro investigadas e que vivia, à época do trabalho de campo, um grande entusiasmo com a vitivinicultura. O incremento no consumo brasileiro de vinhos tem empurrado os produtores a substituírem antigas vinhas por novas variedades de alta qualidade enológica. O dinamismo econômico não tem repercutido no sentido de induzir à concentração dos meios de produção nas áreas rurais. Muito antes pelo contrário. A forma familiar de produção é dominante, assim como o nível de capitalização dos grupos domésticos em termos das condições de vida, do acesso aos bens públicos, das condições estruturais, etc.

De acordo com o IBGE (1995/1996), há em Veranópolis 683 estabelecimentos rurais, dos quais, 93,1% tem menos de 50 hectares. Segundo o INCRA/SADE (2004), 659 (96,5%) são classificados como unidades familiares de produção. Do universo de estabelecimentos familiares (659) extraiu-se uma amostra de 59 explorações que foram submetidas à aplicação de questionário estruturado. O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 13.761.000,00, sendo que 90,4% gerado no âmbito da agricultura familiar.

4.5 Uma visão de conjunto...

A Tabela 2 reúne alguns dos indicadores básicos sobre os quatro estudos de caso, desvelando algumas diferenças entre as localidades investigadas, cujas características fundamentais foram discutidas na seção precedente. O IDH (2000) de Veranópolis apresenta-se como o mais alto dentre as quatro localidades, seguido de Salvador das

Missões, Morro Redondo e Três Palmeiras, em que pese o fato das duas últimas localidades apresentarem-se numa condição inferior inclusive ao Estado do Rio Grande do Sul que atingiu, para este mesmo ano um valor equivalente a 0,809.

A taxa de alfabetização de Salvador das Missões é de longe a mais alta dentre os quatro municípios, dado que o coloca numa privilegiada situação no contexto gaúcho e nacional. No extremo oposto temos Três Palmeiras e Morro Redondo como as localidades que apresentam o mais alto índice de Gini, indicando um maior nível de concentração da renda *per capita*. A intensidade da pobreza é maior em Três Palmeiras, compreendendo este dado a proporção de pessoas que percebem menos de R\$ 75,00/mês/per capita/domicílio¹⁴.

É igualmente relevante o fato de que o valor bruto da produção agropecuária (animal e vegetal) de Veranópolis supera a soma de Morro Redondo e Salvador das Missões. Esse dado reflete não apenas a grande densidade econômica dos processos produtivos desta localidade serrana, mas, sobretudo, a grande diversidade de atividades que levam a cabo os estabelecimentos rurais, da produção animal (aves, suínos) à fruticultura de clima temperado, com ênfase na vitivinicultura. Ainda mais claro aparecem tais contrastes à luz do cotejo das quatro localidades em termos do valor da produção agropecuária por estabelecimento, destacando-se, de um lado, Veranópolis (R\$ 20.148,00) e no extremo oposto, Morro Redondo (R\$ 7.990,00).

O que as informações aqui reunidas revelam é a multifacetada realidade em que opera a dinâmica da agricultura familiar gaúcha. Não temos aqui a pretensão de identificar fatores, aspectos e circunstâncias que reconhecidamente engendram este cenário de grandes contrastes, mas explorar algumas possibilidades de compreender tais diferenças entre os territórios, à luz das informações levantadas a campo. Examinemos agora os dados primários.

Tabela 2 - Indicadores básicos dos municípios estudados.

MUNICÍPIOS	INDICADORES					
	IDH*	Taxa de Alfabetização (%)*	Índice de Gini (%)*	Intensidade de Pobreza (%)*	VBP (em mil R\$)	VBP estab. (em mil R\$)
Morro Redondo	0,770	87,77	0,56	37,06	5.952.383	7.990
Salvador das Missões	0,813	97,77	0,43	38,09	5.690.058	9.359
Três Palmeiras	0,767	85,26	0,59	49,17	6.574.912	8.885
Veranópolis	0,850	95,45	0,52	26,58	13.761.370	20.148

Notas: (*) Ano base 2000;

VBP: Valor bruto da produção agropecuária (vegetal e animal).

Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento.

Fonte: Elaboração dos autores a partir do Censo Agropecuário (1995/1996), FEE, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD/IPEA/FJP (2003).

¹⁴ Indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50, relativo a agosto de 2000. Ver a propósito: <http://www.pnud.org.br/indicadores>.

5 Resultados e discussão

A Figura 1 converge, em parte, para o que apontam as informações disponibilizadas junto às fontes secundárias. Salvador das Missões apresenta-se como o município de maior Índice de Nível de Vida (INIV), superando inclusive Veranópolis, ainda que por uma diferença bastante pequena. Isso decorre do fato da metodologia aqui adotada, compreendendo a posse de bens de consumo durável, o acesso à energia elétrica, água encanada, etc., tal como apresentado na Tabela 1. No extremo oposto, Morro Redondo e Três Palmeiras apresentam-se, na Figura 1, como as localidades de pior condição do ponto de vista deste indicador, se bem que em termos médios tenham todos superado o patamar de 0,7.

Os dados da Tabela 3 mostram a distribuição dos estabelecimentos investigados segundo o respectivo Índice de Nível de Vida (INIV). Para efeitos de análise subdividimos os 238 domicílios em dois grandes grupos (1 e 2). Do grupo 1 fazem parte os estabelecimentos que apresentam um INIV acima de 0,7, enquanto que no grupo 2 incluem-se os que apresentam este indicador no intervalo compreendido entre 0,3 e 0,6. Como é possível perceber, 77,7% dos estabelecimentos incluíram-se no grupo 1, apresentando condições de vida e posse de bens de consumo durável, de um modo geral, bastante satisfatórias. O corte proposto (0,7) representa uma opção metodológica, tendo em vista representar um divisor razoável em termos de um percentual mínimo (70%) dentre as 17 variáveis analisadas e expostas na Tabela 1, que devam estar atendidas para que um domicílio seja enquadrado como satisfatório em termos das condições de vida a que têm acesso as pessoas ali residentes.

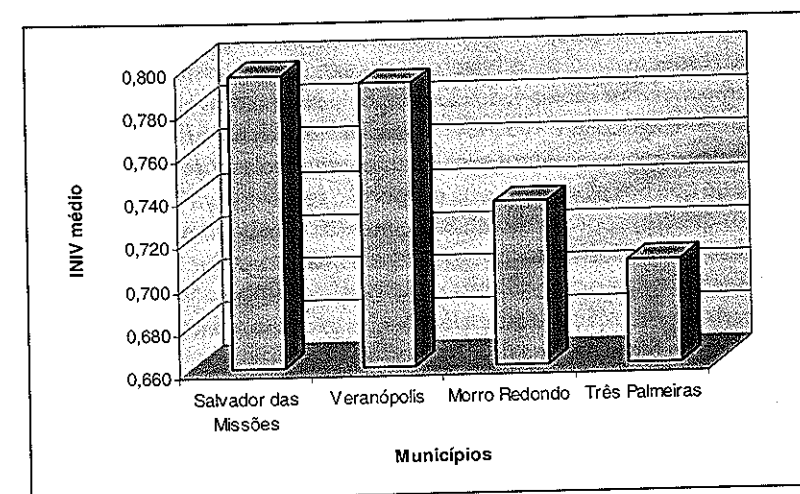


Figura 1 - Índice de Nível de Vida médio dos domicílios de agricultores familiares de Salvador das Missões, Veranópolis, Morro Redondo e Três Palmeiras.

Fonte: Pesquisa AFDLP UFPEL/UFRGS (2003).

Tabela 3 - Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo o Índice de Nível de Vida

Índice de Nível de Vida	Nº Estabelecimentos		Total
	Grupo 1	Grupo 2	
0,944	3		3
0,888	25		25
0,833	61		61
0,777	60		60
0,722	36		36
0,666		23	23
0,611		12	12
0,555		9	9
0,500		3	3
0,444		5	5
0,322		1	1
Total	185	53	238

Fonte: Pesquisa AFDLP UFPel/UFRGS (2003).

5.1 Nível de vida e pluriatividade

Na terceira seção deste artigo foram apresentados os procedimentos e critérios seguidos na classificação dos estabelecimentos em pluriativos e exclusivamente agrícolas. Nesse contexto, há diferenças entre estabelecimentos exclusivamente agrícolas e pluriativos em termos do respectivo Índice de Nível de Vida, segundo a classificação aqui proposta?

Tal como mostra a Tabela 4, dos 238 estabelecimentos investigados, 135 (56,7%) são exclusivamente agrícolas e 103 (43,3%) são pluriativos. O que indicam estes dados é que 74,81% dos estabelecimentos exclusivamente agrícolas apresentam um INIV mais alto, ao passo de que nos pluriativos esta proporção se eleva para 81,55%. No extremo oposto, temos que a proporção de estabelecimentos com um INIV mais baixo, chega a 25,19% no caso dos exclusivamente agrícolas e 18,45% nos pluriativos.

Tabela 4 - Distribuição dos estabelecimentos exclusivamente agrícolas e pluriativos segundo o Índice de Nível de Vida (INIV).

Índice de Nível de Vida (INIV)	Agricultura Exclusiva		Pluriativo	
	Nº	%	Nº	%
ALTO	101	74,81	84	81,55
BAIXO	34	25,19	19	18,45
Total	135	100,00	103	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP UFPel/UFRGS (2003).

O mesmo quadro pode ser revelado com base no INIV médio ponderado dos 238 estabelecimentos mostrando um valor equivalente a 0,74 para explorações exclusivamente agrícolas e 0,77 para as pluriativas.

O esforço por explorar o confronto entre estabelecimentos pluriativos e exclusivamente agrícolas levou-nos a examinar a situação de forma desagregada, cotejando cada um dos municípios investigados. Os dados da Tabela 5 mostram que a maior incidência da pluriatividade entre os estabelecimentos ocorre em Veranópolis (em 25 dos 59 estabelecimentos entrevistados, ou o que equivale a 56,9%), seguida de Salvador das Missões (46,5%), Morro Redondo (41,9%) e Três Palmeiras (15,2%).

Com respeito ao comportamento do INIV, a mesma fonte revela que não houve modificações substanciais em relação ao quadro geral verificado para o conjunto dos 238 estabelecimentos pesquisados. As explorações pluriativas apresentam um INIV médio comparativamente mais elevado que as exclusivamente agrícolas, à exceção do município de Veranópolis, onde não há diferença entre ambos tipos de estabelecimentos.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos exclusivamente agrícolas e pluriativos e Índice do Nível de Vida (INIV) médio segundo a condição do estabelecimento familiar nos quatro municípios investigados.

Município	Tipo de Estabelecimento			
	Agricultura Exclusiva		Pluriativo	
	INIV Médio	Nº Estab.	INIV Médio	Nº Estab.
Morro Redondo	0,72	36	0,74	26
Salvador das Missões	0,78	31	0,81	27
Veranópolis	0,79	25	0,79	34
Três Palmeiras	0,70	43	0,72	16
Total	0,74	135	0,77	103

Fonte: Pesquisa AFDLP UFPel/UFRGS (2003).

A explicação para este fato há que ser buscada em outros aspectos. Os dados da Tabela 6 mostram os valores totais da renda agrícola total anual e da renda total anual, segundo o tipo de estabelecimento (pluriativo ou exclusivamente agrícola). Através deles vemos o enorme abismo que separa a "capital brasileira da longevidade" (Veranópolis) em relação aos demais municípios investigados.

Examinando os dados sobre o prisma da "renda agrícola", observamos que em todas as localidades ocorre o mesmo comportamento: ela é sempre maior nos estabelecimentos exclusivamente agrícolas do que nos pluriativos. Em Salvador das Missões a renda agrícola média do primeiro, em relação ao segundo tipo de exploração, é exatamente o dobro, situação esta que se assemelha ao caso de Três Palmeiras, onde a diferença entre ambos chega a 71%.

Não obstante, em Veranópolis a diferença é consideravelmente pequena. Chamamos a atenção para o fato de que a renda agrícola média dos pluriativos deste município

supera, enormemente, à dos estabelecimentos exclusivamente agrícolas de todas as demais localidades, à exceção de Salvador das Missões. Possivelmente esteja aí uma das chaves que permite compreender o fato de que o INIV de explorações pluriativas e exclusivamente agrícolas apresente os mesmos valores em Veranópolis. O padrão em que opera a reprodução social das famílias é consideravelmente alto, independente da condição de exercício da pluriatividade.

Quando analisamos a situação do ponto de vista das rendas totais médias, vemos alguns elementos dignos de nota. A diferença entre estabelecimentos pluriativos e exclusivamente agrícolas reduz-se, consideravelmente, nos quatro municípios investigados. O trabalho de campo mostrou a enorme diversidade de fontes de ingresso e de estratégias de reprodução adotadas pelas famílias rurais com vistas ao atendimento das necessidades de consumo. A diferença é que o maior ou menor grau de diversificação das atividades produtivas exerce uma influência decisiva no caráter destas iniciativas, em termos do universo de possibilidades para a agricultura familiar. Em Três Palmeiras encontramos um quadro no qual são reduzidas as possibilidades de ocupar a força de trabalho fora do estabelecimento e de gerar renda. Quando existentes, mostram-se dependentes do ritmo ditado pelas atividades agropecuárias e, invariavelmente, assumem uma natureza mais precária, daí a renda total dos pluriativos, diferentemente do que ocorre nas demais localidades, ser inferior a dos exclusivamente agrícolas.

Tabela 6 - Valores médios da Renda Agrícola total anual e da Renda Total anual dos estabelecimentos investigados, segundo a condição (pluriativo ou exclusivamente agrícola) nos quatro municípios investigados.

Município	Renda Agrícola		Renda Total	
	Agric. Exclusivo	Pluriativos	Agric. Exclusivo	Pluriativos
Morro Redondo	7.570,06	4.247,28	11.327,28	14.078,27
Salvador das Missões	14.924,65	7.389,20	18.400,52	18.142,75
Veranópolis	16.108,54	13.265,27	29.659,36	22.795,36
Três Palmeiras	8.499,36	4.962,17	11.087,16	9.935,68

Fonte: Pesquisa AFDLP UFPEL/UFRGS (2003).

Na recente incorporação da pluriatividade enquanto objeto de estudo e reflexão acadêmica ocorrida no Brasil, existem opiniões (GUANZIROLI *et al*, 2001) que, ressuscitando o debate ocorrido nos anos 1980 nos países desenvolvidos, afirmam categoricamente que se trata de um traço de explorações decadentes que se lançam ao exercício de atividades extra-agrícolas diante do baixo custo de oportunidade que reina na agricultura nacional. O que estes dados revelam aponta exatamente na direção oposta a esta premissa. No elenco diversificado de iniciativas de que lançam mão as famílias pluriativas constam a agregação de valor e comercialização de produtos gerados na propriedade, o assalariamento na indústria e comércio, a prestação de serviços a terceiros (pessoais e agrícolas), turismo, artesanato, etc.

Tal assertiva merece reflexões mais aprofundadas, mas é muito provável que num contexto em que decaem as rendas agrárias, tal como o que presentemente vivenciam as famílias rurais do Brasil meridional, o exercício destas atividades extra-agrícolas serve como recurso para elevação do nível de ingresso econômico familiar, assim como a incorporação de um padrão de consumo diferenciado em relação às famílias exclusivamente agrícolas. Isso supõe, entre outras coisas, a aquisição de um conjunto mais amplo de bens duráveis, estando igualmente associado a um padrão de vida mais satisfatório, do ponto de vista do acesso a serviços sociais básicos.

5.2 Nível de Vida e previdência social

O papel das rendas e atividades não-agrícolas tem sido recentemente apontado como extremamente importante não só para a permanência da população no campo brasileiro (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999), mas sobretudo para a viabilização de amplos setores da agricultura familiar. É exatamente neste contexto que se coloca a questão da previdência social rural, cuja importância vem sendo apontada por inúmeros autores e em diversos estudos, não só em termos da dimensão que representam estes recursos para a economia das pequenas localidades brasileiras, mas como poderoso instrumento de viabilização da agricultura familiar num contexto marcado por grandes dificuldades no plano da conjuntura agrária e agrícola nacional (DELGADO e CARDOSO, 1999, CALDAS, 2004).

Diante dessa perspectiva, avaliou-se o desempenho das explorações em termos do Índice de Nível de Vida segundo o recebimento de benefícios da previdência social rural. Nesse sentido, como mostram os dados da Tabela 7, há um comportamento semelhante ao que ocorre com a pluriatividade quando confrontamos este indicador no que afeta à presença ou não de aposentados ou pensionistas no estabelecimento rural.

Em primeiro lugar, vemos que existem 148 estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas e 90 sem a presença destes. Em segundo lugar, os dados mostram que do conjunto dos que possuem um INIV mais baixo, em apenas 19,59% dos casos deparamos com estabelecimentos onde vivem beneficiários da seguridade social, ao passo que onde eles não se encontram a proporção eleva-se para 26,67%.

Tabela 7 - Distribuição dos estabelecimentos com beneficiários da previdência social rural segundo o Índice de Nível de Vida (INIV).

Grupos de INIV	Presença de aposentados ou pensionistas			
	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
ALTO	119	80,41	66	73,33
BAIXO	29	19,59	24	26,67
Total	148	100,00	90	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP UFPEL/UFRGS (2003).

Parece bastante plausível supor que o recebimento do benefício permite a que estas famílias não apenas disponham de uma fonte de renda segura e regular, mas que sobretudo elevem seu padrão de consumo e qualidade de vida, não obstante o fato da esmagadora maioria dos benefícios não ultrapassar a um salário-mínimo. Coincidimos com Caldas (2004) em seu estudo sobre o impacto da previdência social rural do ponto de vista da agricultura familiar na região missioneira. No entendimento dessa autora,

Com a universalização, ocorrida na década de 1990, a previdência social ergue-se como o mais importante mecanismo de distribuição de renda. Através da análise dos dados, tanto qualitativos quanto quantitativos, pudemos constatar que nos estabelecimentos com menor renda total a participação dos recursos previdenciários ascende a nada menos que 70%. Além disso, verificamos que não são somente os 'aposentados' ou 'pensionistas' que se beneficiam destes meios, o que nos permite concluir que esta política está servindo como um importante instrumento de redução das desigualdades através da transferência direta a setores fragilizados da população rural e à população em geral que reside nestes pequenos municípios. (CALDAS, 2004, pg.52; destacado no original).

O exame do INIV no contexto dos municípios não evidenciou um comportamento similar ao que acontece de forma agregada para os 238 estabelecimentos investigados. Tudo indica que aposentadorias e pensões incidem sobre um amplo e diversificado conjunto de explorações, não dependendo tanto de sua condição sócio-produtiva, mas do ciclo vital em que se encontram os grupos domésticos no âmbito dos municípios investigados *vis a vis* com as condições sócio-econômicas relativa a cada estabelecimento.

6 Conclusões

As duas últimas décadas evidenciam um cenário de grandes transformações com que se defrontam a agricultura e o mundo rural brasileiros. Os marcos de referência que até então nortearam toda a reflexão acadêmica sobre os processos sociais no campo e que embasaram o caráter e o foco da intervenção estatal foram profundamente modificados. Novas dinâmicas passam a incidir no quadro da ocupação laboral, em que pese o inofismável declínio de protagonismo das atividades agropecuárias na geração de trabalho e renda.

A pluriatividade e as rendas não-agrícolas assumem um papel transcendental enquanto mecanismos através dos quais muitas famílias persistem no campo em meio a um quadro de crescentes dificuldades. Entre estas figura o recrudescimento da exclusão operada pelo capital agroindustrial, o precário acesso às políticas públicas, o aumento crescente dos custos de produção dos cultivos e criações ou mesmo a verdadeira "espiral tecnológica" em que vêem-se mergulhados os agricultores para permanecerem na atividade agropecuária, entendida aqui enquanto pressão crescente pela incorporação de novos instrumentos e procedimentos técnicos que aumentem a produtividade dos fatores de produção.

O foco deste trabalho esteve orientado no esforço de explorar as possibilidades do uso de um indicador composto - o Índice de Nível de Vida - no exame de algumas destas

dimensões e de outros aspectos que surgiram no contato com a realidade empírica. Os dados revelaram grandes diferenças entre os estudos de caso reunidos nesta pesquisa. Veranópolis e Salvador das Missões mostram-se como localidades em que dito indicador é bastante mais satisfatório, se comparados com Morro Redondo e Três Palmeiras. Nesse sentido, os dados desta pesquisa coincidem com os grandes traços que apontavam as fontes secundárias a que preliminarmente tivemos acesso (IDH, índice de Gini, taxa de alfabetização, etc). Tal convergência reveste-se de importância na medida em que revela a adequação do marco metodológico que orientou essa pesquisa, assim como os resultados que aponta em relação a outros estudos já realizados.

Nas atuais circunstâncias evidencia-se claramente o fato de que os graus de liberdade de escolha para um agricultor familiar residente em Veranópolis mostram-se como infinitamente mais amplos do ponto de vista de alternativas de renda, trabalho e condições de vida, se comparados com Três Palmeiras, como de resto com outros municípios do Alto Uruguai, marcados, sobretudo, pelo predomínio da soja enquanto atividade produtiva e eixo orientador da dinâmica das relações sociais. Tal situação exprime a fragilidade das condições sociais de existência de um amplo contingente de explorações familiares.

Outra constatação deste estudo converge no entendimento de que as explorações pluriativas tendem a apresentar indicadores sócio-econômicos, medidos em termos do INIV, mais favoráveis que as classificadas como exclusivamente agrícolas. Carecem, portanto, de fundamento as afirmações que associam as explorações pluriativas com precariedade e decadência da agricultura familiar. A condição de pluriatividade aparece vinculada a um elenco de situações extremamente diversificadas que guardam entre si um traço unificador: a vocação natural da agricultura familiar de resistir e adaptar-se às transformações estruturais, bem como as mudanças desencadeadas internamente ao longo do seu ciclo vital.

Outrossim, os dados parecem apontar no sentido de que estabelecimentos onde residem aposentados e/ou pensionistas guardam o mesmo tipo de comportamento em termos do INIV, ainda que esta tendência não esteja tão claramente evidenciada em razão do amplo alcance da seguridade social, que, como é sabido, incide tanto sobre explorações perfeitamente inseridas nos mercados quanto aquelas que funcionam no marco estrito do autoconsumo familiar. Isso implica diluir as diferenças existentes entre os dois tipos de explorações do ponto de vista deste indicador.

O que os dados desta pesquisa revelam, em última instância, é a multifacetada condição em que opera a dinâmica da agricultura familiar gaúcha, em que pesem as grandes diferenças inter-regionais, cujo caráter e extensão torna-se impossível resgatar nos limites deste artigo. Territórios marcadamente prósperos, com forte densidade das relações econômicas e detentores de um tecido produtivo com grande capilaridade são igualmente portadores de um capital social que, como aponta a literatura recente, fortalece um ambiente sócio-institucional favorável ao desenvolvimento. O fato mais importante a destacar é que são justamente nessas latitudes onde a agricultura familiar goza de uma posição privilegiada enquanto protagonista essencial desse mesmo ambiente e dos processos a ele subjacentes.

Todavia, no extremo oposto, encontramos cenários em que, malgrado a preponderância desta forma social de produção, a realidade mostra-se como bastante desfavorável do ponto de vista das condições em que opera a reprodução social dos grupos familiares. Nas entrevistas realizadas com as famílias rurais de longe ficou evidenciado serem estas justamente localidades em que comparativamente há uma baixa intensidade de relações sociais e uma frágil atuação do ponto de vista das instituições (Prefeitura, sindicatos, associações, clubes de mães, etc.) a que as famílias acham-se vinculadas, cujo número e diversidade é sensivelmente reduzido em relação às localidades onde os indicadores, aqui enfocados, são mais favoráveis. É esta trama de interações não exatamente produtivas que permite aferir o protagonismo dos territórios do ponto de vista dos atores sociais envolvidos.

Entendemos, portanto, que debruçar-se sobre estas evidências pode favorecer o desenho de uma política de desenvolvimento local e regional, não apenas como indutora da demanda nos espaços não-densamente urbanizados, mas, sobretudo enquanto instrumento que permita minimizar os impactos sociais das transformações estruturais.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na Política Agrícola Européia. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 40, n. 2, Abr./Jun. 2002, Brasília: SOBER.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre: UFRGS Ed, 2003.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, *Censo Agropecuário 1995/1996*. N. 22, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Brasil, 1998.
- CALDAS, N. V. *Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto da previdência social em Salvador das Missões, RS*. ISP/UFPEL, Pelotas, 2004. 69 p. (Monografia)
- CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (editores) *O novo rural brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste)*. Volume 4, Jaguaríuna, EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- DELGADO, G. C. e CARDOSO JR., J. C. *O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. 1999. 222 p. (Tese de Doutorado) - UNICAMP, Campinas.
- ETXEZARRETA, M.; CRUZ, J.; GARCIA MORILLA, M. e VILADOMIÚ, L. *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Madrid: MAPA, 1995.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-RS. *Documentos FEE*, n. 48, Índice Social Municipal Ampliado. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos.fee.48.zip>>.
- GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; DISABBATO, A.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*, Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INCRA/SADE.

KAGEYAMA, A. E HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. *Economia* v.1 n.2 p.147-183. 2000.

KLIEMANN, L. H. S. RS: *Terra & Poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PNUD/IPEA. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996.

PNUD/IPEA/FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fundação João Pinheiro. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, Minas Gerais: FJP, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F. A Agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos *part time farmer's* em Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 32, 1994, v. 1, Brasília, *Anais...* Brasília: SOBER, p. 442-449.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, Pluriatividad y Desarrollo Rural en el Sur de Brasil, in: *Revista Internacional de Sociologia*, n. 28, p. 173-205, España, 2001.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura Familiar, Pluriatividad e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N.V. Pluriatividade e Ruralidade: Falsas Premissas e Falsos Dilemas. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). *O Novo Rural Brasileiro: Novas ruralidades e urbanização*, v. 7, Brasília: Embrapa, 2004, p.71-105.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-129, 1995.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. (Coleção Documentos Brasileiros)

WENZEL, E. G. *Memória e identidade teuto-brasileira em Cerro Largo*, Rio Grande do Sul. São Paulo: USP, 1997. (Tese de Doutorado apresentada junto ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

Recebido para publicação em 21/12/04

Aceito para publicação em 20/04/05